

Varição lexical e sintática na produção escrita formal, em português, dos estudantes da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique

(Lexical and syntactic variation in the production of formal Portuguese writing
of the students from University Eduardo Mondlane - Mozambique)

Artinésio Widnesse Saguete¹

¹Universidade Estadual Paulista - Câmpus de São José do Rio Preto (UNESP)

artinesiowidnesse@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to identify linguistic and extralinguistic motivations for lexical and syntactic variation in the Portuguese written by students from University Eduardo Mondlane in Mozambique. The corpus analyzed contains 60 texts, produced by 60 students in the context of classroom assessments. The analysis showed that students stand in awe of writing standard Portuguese as they tended to interweave Bantu morphological rules and Portuguese morphological rules. It was observed the coexistence of standard and non-standard Portuguese in syntactic constructions. Thus, it could be concluded that some of linguistic and extralinguistic motivations for variation in written Portuguese in Mozambique are related to multilingual, socio-historical and ethno-linguistic situation of that country.

Keywords: Mozambique; Portuguese; variation; lexicon; syntax.

Resumo: Este trabalho procura identificar motivações linguísticas e extralinguísticas da variação lexical e sintática do português escrito por estudantes da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. O *corpus* analisado comporta 60 textos, produzidos por 60 estudantes em contexto de avaliação na sala de aula. A análise se limita a fenômenos de empréstimos, neologismos, concordância nominal e concordância verbal. Da análise feita, constatou-se uma apreensão dos universitários com vista a escrever o português normatizado; o entrelaçamento entre as regras morfológicas das línguas bantas e as regras morfológicas do português; a convivência entre a norma “cultura” do português europeu e a norma “não-culta” nas construções sintáticas. Assim, concluiu-se que algumas das motivações linguísticas e extralinguísticas da variação do português escrito em Moçambique têm a ver com a situação multilíngue, sócio-histórica, educacional do País.

Palavras-chave: Moçambique; português; variação; léxico; sintaxe.

Introdução e situação geral de Moçambique

O ponto de partida deste trabalho é o quadro linguístico, histórico, sociocultural e educacional de Moçambique. Geograficamente, Moçambique é um país localizado na África Oriental, e é caracterizado por uma situação de multilinguismo, constituída por grupos etnolinguísticos, na sua maioria, de origem banta. Em função da colonização portuguesa, o País adotou, a partir de 1975 — ano da Independência —, o português de norma padrão europeia como língua oficial, o que institui a prática da norma culta europeia em contextos formais. Contudo, estudos realizados sobre o português falado (GONÇALVES, 1997) e o português escrito (GONÇALVES, 2010) em contexto formal mostram a ocorrência de casos que não pertencem à norma culta do português europeu, o que permite afirmar que essa norma dificilmente é cumprida no País. É possível que haja vários fatores que determinam a diferença entre a norma culta europeia do português e a

prática efetiva dessa língua no País. Labov (2008) já mostra, com evidências empíricas, que a linguagem humana varia, e essa variação se manifesta como uma heterogeneidade controlada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Historicamente, a ocupação colonial em Moçambique teve como uma de suas consequências a submissão linguística, através da imposição do português como “língua de civilização”. Esse processo se realizou através de uma política de “silenciamento” das línguas moçambicanas bantas, caracterizada pela proibição de seu uso em todos os domínios institucionais, com especial atenção para o ensino formal. Na década de 1960, quando o movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) desencadeou uma luta armada contra o colonialismo português, além de optar pela língua portuguesa como meio de interação entre os seus membros, optou, também, pela manutenção da política de imposição da norma padrão europeia. Segundo mostra Firmino (2002, 2008), a FRELIMO considerou que o tipo de diversidade linguística banta prevalecente no País não permitiria uma fácil comunicação entre os integrantes do movimento. Para tal, o português, apesar de representar a imagem do opressor, era a única língua minimamente falada em todas as partes do País. Como se pode depreender, a justificativa aqui assinalada considera unicamente a questão da diversidade linguística, e não se dá conta das variedades dialetais do próprio sistema linguístico do português, ou, então, da disparidade entre a norma padrão adotada e a prática efetiva dessa língua no País.

No que diz respeito à diversidade linguística, dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (2007) mostram que, além do português, o País é constituído por mais de 25 línguas bantas. Assim, embora a língua portuguesa seja a língua oficial do País, existe uma enorme diversidade de línguas bantas, as quais, para a maioria da população, constituem língua materna e a mais utilizada na comunicação diária.

Com relação a fatores socioculturais e educacionais, vale observar que Moçambique é habitado por diferentes grupos etnolinguísticos, na sua maioria, de origem banta. Cada grupo tem uma língua, uma cultura e uma identidade interligadas. Desse modo, um dos desafios de quem ensina a norma do português é encontrar mecanismos adequados para lidar com essas diversidades. Segundo mostram os dados do Instituto Nacional de Estatísticas formal, principal meio de aprendizado do português no País. É importante considerar que, além do ensino formal, outro tipo de ensino, no País, é feito através de ritos de iniciação — parte dos “sistemas de educação tradicional”, veiculados oralmente dentro dos grupos étnicos, com o objetivo de transmitir normas e valores de cada grupo, preparando a criança para a vida adulta. Contudo, apesar da sua importância na construção das identidades para a maioria dos moçambicanos, os ritos constituem um fator cultural de conflito entre a escola e as tradições culturais, dada a diferença entre a cultura tradicional e a que é veiculada pela escola (PLANO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO, 2003). Observa-se que a maioria dos moçambicanos que entra na escola pela primeira vez, além de falar uma língua materna diferente da língua de ensino, carrega consigo competências e habilidades, sobretudo comunicativas, diferentes das da língua de ensino, o que, de certa forma, tem implicações no aprendizado da própria norma do português. Além disso, os profissionais responsáveis por ensinar a norma do português são, em geral, não nativos. Acresce-se ainda o fato de que, em todos os níveis de ensino, há professores não qualificados para exercerem a profissão. Os poucos professores qualificados existentes, muitas vezes, dão aulas em disciplinas para as quais não foram habilitados.

Além do problema da formação dos professores, as gramáticas usadas para o ensino da norma do português são predominantemente prescritivas, voltadas para o contexto europeu, o que implica não descreverem a prática “real” do português do País. Em muitos contextos, o aprendizado e o uso do português são limitados ao contato entre o professor e o aluno na escola ou em ambiente similar formal, de acordo com o horário escolar estabelecido. Enfim, pode-se afirmar que o ensino do português em Moçambique é, de certa forma, mecânico, voltado para a memorização dos conhecimentos adquiridos, em detrimento de um aprendizado ativo, que permite o desenvolvimento integral dos conhecimentos do aluno.

Alguns princípios sociolinguísticos

Um dos princípios mais importantes postulados pela sociolinguística é, sem dúvida, a relação estrita existente entre língua e sociedade. Enquanto o estruturalismo encara a língua como uma convenção social a serviço da comunicação, e o gerativismo a vê como a expressão do pensamento, a sociolinguística, alternativa teórica introduzida por Labov na década de 1960, prefere entender a língua em uso no contexto social, uso no qual se mostra a heterogeneidade do próprio sistema. O caráter social da língua significa que todas as línguas são constituídas por um conjunto de fenômenos não estritamente linguísticos, mas também extralinguísticos (CAMACHO, 2001), que se inter-relacionam. Desse modo, em sociolinguística, toda língua é heterogênea, o que significa que toda língua comporta no seu interior formas em variação e é o fato de comportar variação que faz com que a língua seja capaz de expressar, no próprio interior do sistema em si, a estrutura social, valores sociais que a ele são externos (PAGOTTO, 2006).

De acordo com Labov (2008), a linguagem humana é sensível a muitos processos sociais e, em decorrência dessa sensibilidade, também fornece indícios desses processos na forma de expressão. Desse modo, o desenvolvimento de uma língua resulta da interação social e da necessidade de comunicação entre as pessoas, o que significa que as línguas variam de acordo com a variação da própria vida dos homens, da história peculiar de cada sociedade (TARALLO, 1985).

Conceito linguístico de *norma*

Numa comunidade linguística de fala, a realidade objetiva da vida social observável mostra que há sempre diferentes variedades linguísticas em uso, as quais, nos estudos linguísticos, tomam a designação de *norma*. Segundo a definição encontrada em Faraco, *norma* designa “os fatos de língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade linguística de fala” (FARACO, 2008, p. 40). Portanto, esses fatos de língua, que constituem variedades linguísticas, coexistem em uma ordenação valorativa, conforme as relações hierárquicas estabelecidas pelos grupos sociais que os usam, o que faz com que os diferentes grupos sociais se distingam pelas formas de linguagem que lhes são de uso próprio. Assim, Faraco (2008) menciona três tipos de normas: *norma padrão*, que é uma codificação relativamente abstrata, estabelecida como referência; *norma culta*, que corresponde ao conjunto de usos de indivíduos letrados em contextos de fala e escrita monitorados; *norma gramatical*, resultante da seleção, codificação e elaboração de fatos linguísticos, por via da descrição das diferentes variedades da língua. Leite (2003) menciona outro tipo de norma: a *norma popular*. Assim, essa norma corresponde ao conjunto de usos

sociais da língua, manifestados ou por pessoas não letradas, ou por pessoas letradas em contextos não monitorados de fala e escrita.

Quando se fala em norma, a concepção leiga comum assume que existe uma versão correta, inquestionável e imutável de uma língua (STROUD, 1997). Dessa maneira, entra em jogo, implícita ou explicitamente, a noção de *erro*. Segundo Possenti (1996, p. 78), “a noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem”. Entretanto, a noção de *erro*, em uma análise sociolinguística, se torna problemática, não só pelo fato de que uma norma linguística é um produto de convenções e acordos e, por isso, arbitrária; mas também, e principalmente, pelo fato de que as regras que ela contém mudam ao longo do tempo sob pressão do uso geral (STROUD, 1997). Portanto, o conceito de *erro* só seria válido se considerasse, em última instância, “a forma ou a combinação de formas linguísticas que, no mesmo contexto e sob condições de produção semelhantes, não seriam, muito provavelmente, produzidas pelas contrapartes de falantes nativos” (LENNON, 1991¹). No caso de Moçambique, a concepção de *erro* apresenta questões relacionadas com o conceito de *falante nativo*, tendo em conta o conjunto de fatores que envolvem a aquisição do português como L1.

Identidade linguística

Um dos aspectos que nos parece merecer consideração na análise das motivações da variação do português escrito por universitários em Moçambique é a identidade linguística dessa camada social. Rajagopalan considera que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41). De acordo com essa perspectiva, a identidade linguística pode significar (i) *o pertencimento de um indivíduo em uma determinada língua* e (ii) *o pertencimento de um indivíduo a uma prática linguística (norma) dentro de uma determinada língua*.

Com relação ao primeiro significado, toda a tentativa de aprender outra língua deve lidar, necessariamente, com aquilo que é da língua materna, já inserido no indivíduo. No caso de Moçambique, o português como Língua Segunda, aprendido em contexto formal para a maioria dos estudantes, o seu aprendizado se confronta sempre com a relação que está instaurada entre o estudante e sua língua materna.

Entretanto, a relação que o estudante mantém com sua língua materna e, também, com ele mesmo, com outros membros, com o saber do próprio português é complexa. Seguindo a linha de pensamento de Revuz (1998), aprender a falar uma língua [*segunda*]² como o português, num contexto moçambicano, é encarar uma língua na qual, com relação à língua materna, não há nem uma correspondência, nem uma proximidade termo a termo. Dessa maneira, surge um estranhamento que pode ser concebido sob diferentes maneiras: como uma perda de identidade, como uma operação salutar de renovação e de relativização da língua materna, ou ainda como a descoberta de um espaço de liberdade.

1 LENNON, P. Error: some problems of definition, identification and distinction. *Applied Linguistics*, n. 12, p. 180-196, 1991.

2 Em seu trabalho, Revuz (1998) faz uma abordagem da identidade linguística com relação à língua estrangeira, uma abordagem que, até certo ponto, não deixa de ser válida para a identidade linguística de quem aprende o português como Segunda Língua em Moçambique.

Num país como Moçambique, onde a diversidade linguística se confunde com a diversidade étnica, torna difícil falar de identidade linguística sem fazer referência à identidade étnica. Mey (1998, p. 70) define a identidade étnica como “um meio de se criar uma linha de divisão, uma linha demarcatória, através da qual as pessoas ‘boas’ podem se defender das más influências vindas de fora”. De acordo com o autor, um dos principais fatores que estabelece essa identidade étnica é a língua. Desse modo, a língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas. Para Mey, “a língua não é apenas a expressão da ‘alma’, ou do ‘íntimo’, ou do que quer que seja do indivíduo; é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se seus membros fossem a sua boca” (MEY, 1998, p. 76). Em Moçambique, parece óbvio acreditar que a identidade individual do estudante, construída na fase inicial através da educação informal (ritos de iniciação) na língua de seu grupo étnico, constitui uma ferramenta de consagração social e, também, um valor que irá se refletir nas fases seguintes, no que toca à construção, apreensão e desenvolvimento de novas realidades do mundo.

De acordo com Maher, a identidade é um “construto sócio-histórico por natureza, e por isso mesmo, um fenômeno essencialmente político, ideológico e em constante mutação” (MAHER, 1998, p. 117). Nessa ordem de ideias, através de processos de oficialização de certas formas e estruturas de língua no ensino formal, o Estado propicia uma política de apagamento de outras, através de censuras (ORLANDI, 1998). Entretanto, onde há censura, há resistência, uma vez que “as relações que constituem o nosso cotidiano languageiro escolar, dentro de nossa história, ainda que a desconheçamos, fazem parte de nossa relação com a ‘nossa’ língua e a ‘nossa’ identidade linguística” (ORLANDI, 1998, p. 207).

No segundo significado (o *pertencimento de um indivíduo a uma prática linguística (norma) dentro de uma determinada língua*), deve-se considerar o fato de que as normas da língua, incluindo o uso das formas linguísticas características das práticas e expectativas linguísticas dos grupos sociais (FARACO, 2008), são, no geral, fator de identificação dos grupos sociais de fala/escrita. Por outro lado, as normas não compreendem apenas formas linguísticas, mas compreendem, também, um agregado de valores socioculturais que se articulam com os grupos (FARACO, 2008).

Tomando o paralelo feito por Revuz (1998) sobre o que significa aprender uma Língua Segunda, pode-se dizer que a relação do falante/escrevente moçambicano com o português comporta um duplo estranhamento: trata-se de uma língua estranha porque é uma Língua Segunda, mas, ao mesmo tempo, é uma língua estranha porque se trata de uma abstração de um padrão diferente das variedades atestadas no próprio País. Assim, a questão identitária é mais complexa porque essa língua, por ser falada segundo diferentes variedades em Moçambique, é a única minimamente falada em todo o País. Nota-se, portanto, que a relação de estranhamento é constitutiva da identidade moçambicana em construção.

Análise e interpretação dos dados lexicais: *empréstimos e neologismos*

Nesta parte do artigo, analisamos e interpretamos dados lexicais denominados *empréstimos* e *neologismos*. De uma forma geral, a opção por dados lexicais tem uma razão óbvia. É que o léxico reflete, de acordo com Preti (1989), a condição dinâmica da língua, já que, na sua (a língua) contínua renovação, é o léxico que exprime melhor a

diversidade material, ideológica e a mobilidade das estruturas sociais, através do aparecimento de novos itens ou através da atribuição de novos significados aos já existentes. De uma forma particular, a opção por empréstimos e por neologismos para esta análise tem a ver com o fato de que esses fenômenos, em nosso ver, permitem, com alguma facilidade, identificar as motivações linguísticas e extralinguísticas da variação do português escrito por universitários em Moçambique: o contato entre línguas, a manifestação das identidades linguísticas, o imaginário social diante da norma padrão do português europeu.

Assim, dos cerca de 31000 itens lexicais que compõem o *corpus*, é possível encontrar 36 ocorrências de empréstimos. A seguir, são apresentados dois exemplos desses fenômenos:

- (1) O meu irmão, de árvore em árvore, ia arrancando as massalas. (Português Europeu: sem equivalência).
- (2) A partir do momento em que é feito o lobolo, a mulher é tida pelo homem como se fosse um objecto (...). (Português Europeu = dote).

Em (1), o item lexical *massalas* é derivado de *nsala*, nome de uma fruta silvestre, tipicamente africana. Esse item, tomado da língua xangana, tem sido usado por quase todos os falantes do português moçambicano, não obstante esta fruta conhecer outros itens lexicais que constituem seus nomes nas outras línguas bantas (por exemplo, em lómwè, a fruta se chama *nikoropale*). Já em (2), o item lexical *lobolo*, tomado da língua xangana, tem sido usado, particularmente, pelos falantes xangana, onde o fenômeno de dote constitui uma das suas práticas culturais.

Uma observação superficial permite afirmar que os empréstimos aqui considerados constituem unidades lexicais não dicionarizadas na norma europeia do português, mas, no *corpus*, elas são empregadas sem nenhuma hesitação ou marcação metalinguística, ou, ainda, sem o recurso a elementos ou formas sinalizadoras (aspas, itálicos, negrito) que revelem seu não pertencimento ao português europeu. Desse modo, a impressão que surge à vista é que os universitários já encaram esses fenômenos como sendo elementos integrados ao acervo lexical da língua portuguesa de Moçambique.

Em uma observação um pouco mais acurada, os empréstimos aqui considerados não dizem apenas respeito ao léxico das línguas bantas incorporado ao português; mas, também, a transformações morfológicas dos termos emprestados, conforme mostra o exemplo (1). Nesse exemplo, é possível observar a flexão em número (singular > plural) de um item lexical banto e, nesse caso, um nome. Uma das características das línguas bantas que difere radicalmente do português diz respeito, precisamente, ao processo de flexão dos nomes. Assim, nesse processo, as línguas bantas conhecem uma marcação por prefixação para o plural dos nomes, mesmo quando estes resultam de empréstimos (NGUNGA, 2004), conforme ilustra o seguinte exemplo: *nluku*³ (singular) (“pedra”) < *maluku* (plural) (“pedras”); *eparato*⁴ (“prato”) < *iparato* (“pratos”). Dessa maneira, o item lexical *nsala* tem como plural *massala*.

Já no português, o que identifica a flexão de número é a sufixação do morfema - *s* à forma singular, segundo mostra o seguinte exemplo: *sapato* > *sapatos*. Entretanto, conforme se pode observar em (1), o processo de flexão de número que se vê em *nsala* (singular)

3 Exemplo tomado da língua elómwè.

4 Empréstimo tomado do português pela língua elómwè.

e *massalas* (plural) aplica simultaneamente a regra de prefixação da língua banta, com adição de *ma-* e a regra de sufixação do português, com a adição de *-s*.

Em uma análise muito simples da situação multilíngue de Moçambique, pode-se considerar que o uso de empréstimos por universitários encontra uma explicação na própria coexistência entre o português e as línguas bantas, derivada de um contato intenso e direto entre os dois tipos de línguas. Esse fato, naturalmente, leva a uma simbiose: tanto o português fica marcado pelo léxico das línguas bantas, quanto as línguas bantas pelo léxico do português.

No caso especial dos itens lexicais bantos no português, a hipótese mais difundida em Moçambique é a de o uso deles ser adotado e incorporado ao português porque se referem a nomes de coisas, de fenômenos e de práticas sociais novas na língua portuguesa, e para os quais não existem itens lexicais nessa língua.

Entretanto, essa explicação não condiz de fato com a realidade linguística de Moçambique, quando vista sob a perspectiva de aspectos históricos e sociais. Na verdade, o uso de empréstimos em Moçambique não significa necessariamente uma estratégia de preenchimento de “lacunas lexicais” do português. Com a exceção de exemplos como o de *massalas*, que, aparentemente, pode exercer essa função, há outros casos de empréstimos que dispõem de equivalências na norma padrão, mas, mesmo assim, estão bem difundidos no português praticado em Moçambique. Além de *lobolo* (= dote), mencionado em (2), há outros empréstimos com termos equivalentes em português, tais como: *machimbombo* (= autocarro (ônibus)); *mahala* (= grátis); *machamba* (= campo de cultivo).

Desse modo, em uma análise um pouco mais apurada, além do aspecto linguístico que acabamos de descrever, o uso de empréstimos pode ter outra perspectiva de análise na interlíngua (português/línguas bantas): a de natureza histórico-social da colonização de Moçambique. Com relação a essa perspectiva, é preciso ter em consideração que, em Moçambique, apesar de o português constituir língua oficial, o falante/escrevente moçambicano do português mantém estreita ligação (pelo menos em nível lexical) com as línguas bantas. Lembre-se que, mesmo no período colonial, as línguas bantas não deixaram de existir, apesar da tentativa de seu aniquilamento pelo colono português. Consequentemente, o uso delas transcendeu a uma simples necessidade de comunicação na medida em que serviu, também, de forma de resistência à ocupação e à imposição coloniais, como um símbolo de identidade social. Com o fim da colonização portuguesa, e posterior oficialização do português de norma europeia, as línguas bantas continuam a desempenhar funções importantes na comunicação cotidiana da maioria dos moçambicanos e no simbolismo cultural. De fato, as línguas bantas constituem um dos fatores de identidade de diferentes grupos étnicos dentro do País.

Desse modo, é possível que o uso de empréstimos por universitários moçambicanos constitua uma das formas de “resistência” consciente ou inconscientemente instituída contra a atual imposição da norma padrão em Moçambique; ou, então, como uma das formas de afirmação/reafirmação da identidade linguística diante do português, ou diante dos membros de outros grupos étnicos.

Ainda com relação ao exemplo em (1), vale a pena observar que há um duplo entrelaçamento na situação multilíngue moçambicana, marcado na escrita do português: um referente ao plano lexical, atestando o empréstimo propriamente dito, tomado de L1, e outro respeitante ao plano morfológico, em que há uma dupla marcação de plural (*ma-* do

xangana e -s do português), regida por regras morfológicas da L1 e da L2. Desse modo, nesse último caso, é possível afirmar que, no processo de aprendizagem do português como L2, fica registrada a neutralização implícita ou explícita do substrato banto, por conta da autoridade das regras formais da gramática do português, que, no imaginário dos universitários moçambicanos, tem maior valor de troca no comércio de bens simbólicos (BOURDIEU; PASSERON, 1975).

Com relação aos neologismos, esses fenômenos são aqui analisados considerando duas possibilidades em que se manifestam: na forma de sua constituição (*neologismos de forma*), e na significação (*neologismos de conteúdo*). Assim, dos cerca de 31000 itens lexicais que constituem o *corpus*, é possível encontrar 12 casos de neologismos de forma e 28 casos de neologismos de conteúdo. Em (3), (4) e (5) são apresentados exemplos relativos a fenômenos de neologismo de forma:

- (3) [...] a língua [...] acompanha o homem na sua gigantística realização da inteligência [...]
- (4) [...] casar-se primeiro, para posteriormente namorar, são factos estranhosamente concebíveis para os nossos ancestrais.
- (5) Obstantemente, os crentes que ignoram estes princípios ficam iracundos com os que consideram Deus um simples nome.

Os exemplos aqui apresentados mostram a ocorrência dos itens lexicais, *gigantística*, *estranhosamente* e *obstantemente*, que constituem variantes das formas típicas da norma padrão: *gigantesca*, *estranhamente*, *obstante*, respectivamente. Portanto, trata-se de casos que, para um falante/escrivente da norma europeia, podem causar algum estranhamento em virtude da raridade do uso. Como se pode depreender, os casos *gigantística*, *estranhosamente* e *obstantemente*, comparativamente aos itens da norma padrão: *gigantesca*, *estranhamente*, *obstante*, mostram algum “exagero”, digamos assim, na sua constituição estrutural, em particular quanto ao emprego das regras de sufixação e, especialmente, no que toca aos sufixos acrescentados a *gigante* e *estranho*, itens lexicais esses de fato passíveis de sofrerem o processo de derivação.

Em sociolinguística, os fenômenos linguísticos decorrentes do “exagero” consciente ou inconsciente na sua produção conhecem a denominação de *hipercorreção*. Vale a pena lembrar o estudo de Labov (2008), em que o autor observa a atitude de um grupo de falantes nova-iorquinos de classe média baixa, que muda rapidamente sua forma de fala à medida que o registro de fala se torna mais formal, chegando mesmo a ultrapassar, em frequência, o índice da classe média alta, caso de hipercorreção estatística. Esse comportamento mostra, portanto, que toda a hipercorreção, mesmo a estrutural, tem a ver com a atitude linguística do falante/escrivente dentro de um conjunto de formas e estruturas linguísticas socialmente consideradas de prestígio.

De acordo com Preti (2003), todo e qualquer estudo que se pretenda fazer sobre o prestígio social dos vocábulos e da língua deve levar em conta, não apenas o contexto histórico-social que acompanha a vida das palavras e da língua, mas também o fator expectativa nas relações entre os interlocutores. No caso dos escrevintes universitários moçambicanos, é preciso ter em consideração, pelo menos, dois fatores: o contexto sócio-histórico do português em Moçambique, e o contexto social em que decorreu a produção dos textos.

No que diz respeito ao contexto sócio-histórico, vale lembrar que o período marcado pelo regime colonial em Moçambique (e mesmo após a colonização) sempre foi/é caracterizado por uma política de valorização da variedade padrão/culta europeia, e por uma desvalorização implícita ou explícita das variedades que se identificavam/am com os falantes/escreventes menos cultos. Essa política teve/tem como uma de suas consequências a criação de uma fronteira linguística e socialmente demarcada entre os usuários do português. E, uma vez que essa língua tem um significado simbólico extremamente importante na vida cotidiana dos moçambicanos, uma prática linguística dentro ou próxima de um marco considerado “culto” representa não só uma imagem positiva do praticante dentro do grupo social, mas também um sinal positivo para a mobilidade social ascendente; dito em outras palavras, um *cartão de visita* no “mercado linguístico” (ECKERT, 2000). Entretanto, além de ter consciência das vantagens sociais de uma prática linguística supostamente “correta”, o falante/escrevente moçambicano parece ter, também, consciência de que o alcance da tal prática constitui-se em um processo. Nesse caso, o processo mais evidente é o ensino formal. Vemos então que a posição social de um universitário não só constitui um lugar de privilégio na sociedade moçambicana, mas, também, no imaginário social, uma “responsabilidade” quanto à prática do português.

A aparente responsabilidade pela prática do português, particularmente para um universitário de ciências de linguagem, parece ter como uma de suas consequências o esforço de formar as palavras com alguma “elegância” com vista a impressionar ao interlocutor. Essa atitude parece ser agravada pela própria relação existente entre os interlocutores envolvidos na produção do texto escrito: (eu) estudante universitário, que escreve para (você, o/a senhor/a), o professor universitário/avaliador. De fato, tendo consciência sobre o que o (meu) interlocutor espera que “eu” realize no (meu) texto, parece inevitável alguma “ansiedade”. Prova disso é que vemos, por exemplo, que, em certos momentos de redação do texto, são empregados itens sem existência prévia (cf. exemplo (6)), ou, então, são modificados na tentativa de aplicar regras da variante culta (cf. exemplos (3), (4) e (5) aqui retomados como (7), (8) e (9), respectivamente) com vista a “justificar” certa posição social ou certo grau de escolaridade.

- (6) São recordações que nunca me esquecerei, estão guardadas no íngime do meu coração [...]
- (7) [...] a língua [...] acompanha o homem na sua sisantéstica realização da inteligência [...]
- (8) [...] casar-se primeiro, para posteriormente namorar, são factos estranhosamente concebíveis para os nossos ancestrais.
- (9) Obstantemente, os crentes que ignoram estes princípios ficam iracundos com os que consideram Deus um simples nome.

De fato, no caso dos exemplos (7), (8) e (9), parece que o falante/escrevente conhece a forma padrão correspondente na língua-alvo: *gigantesco*, *estranhamente*, *obstante*, mas usa uma forma de hipercorreção, de certo modo, equivalente ao imaginário de correção do escrito que é capaz de identificar, o que acaba levando a algum exagero. Basta lembrar os neologismos por derivação de Odorico Paraguaçu, em *O Bem Amado*,⁵ de Dias Gomes, que davam um sabor arcaizante a seu estilo, mas, ao mesmo tempo, um caráter distintivo, que permitia supor que esse personagem falava uma variedade altamente formal, como prefeito que era (ou seria um “alcaide”?).

5 *O Bem-Amado* foi uma telenovela brasileira sob autoria de Dias Gomes, exibida pela Rede Globo entre 24 de janeiro a 9 de outubro de 1973, às 22h, com direção de Régis Cardoso e supervisão de Daniel Filho.

No que diz respeito aos fenômenos de neologismo de conteúdo, vale observar que o *corpus* em análise é constituído por textos semilivres e condicionados (redações e testes), em termos de sua produção. No que diz respeito, particularmente, a textos semilivres, dentre os temas neles sugeridos, destacam-se: “identidade cultural”; “importância da língua”; “custo de vida”; “transporte”. A seguir, apresentamos alguns trechos que caracterizam cada um dos temas aqui mencionados. O objetivo principal dos trechos é mostrar itens lexicais empregados, que não seguem a norma padrão/culta do português europeu.

Tema 1: Identidade cultural

- (10) [...] depois de muitos anos passados verificamos que identidade cultural é usada em todo o mundo [...]
- (11) [...] pois em África particularmente a identidade cultural é mais praticada no campo, pois é lá onde se deixaram as heranças da cultura dada pelos antepassados [...]

Conforme mostram os trechos utilizados para comentar o tema sugerido, é possível constatar neles itens lexicais cuja significação nos sugere um sentido diferente do esperado ou a ele aproximado. Ou seja, as unidades lexicais “*usada*” e “*praticada*” (cf. exemplos (10) e (11), respectivamente) se mostram, nos trechos em que ocorrem, inadequadas em relação ao tema. De fato, afirmar que a *identidade cultural é usada em todo o mundo*; ou a *identidade cultural é mais praticada no campo*, pode ser estranho para certas pessoas. Talvez possíveis hipóteses a avançar para as motivações que conduziram à produção dos fenômenos encontrados em (10) e (11) estejam ligadas, primeiro, à complexidade do próprio tema e, segundo, à própria divulgação de alguns itens lexicais e temas dentro de Moçambique. De fato, tratar de *identidade cultural* pode não ser uma tarefa fácil para certos escreventes universitários moçambicanos, pelo fato de que a abordagem desse tema significa estarem eles, previamente, já munidos de conhecimentos mais ou menos sólidos sobre o assunto. Mas, também, a adequação de um acervo lexical a um determinado tema envolve, antes, o conhecimento das diferentes significações envolvidas, o que depende da maior ou menor divulgação desse acervo. No caso de Moçambique, é possível afirmar que certos itens lexicais do português conhecem pouca divulgação. Por um lado, no que diz respeito à constituição estrutural, conforme observado em neologismo de forma; por outro, no que toca sua significação, eles criam o que Blikstein (1993) denomina *estereótipos*⁶ do escrevente para com certas palavras, conceito que pode ser aplicado ao escrevente moçambicano.

Outros temas são, porém, do domínio público. Esse fato parece criar, consequentemente, alguma liberdade estilística na escolha de certos itens lexicais. Os exemplos (12) e (13) do tema 2 e (14) e (15) do tema 3 sugerem esse ponto de vista.

Tema 2: Importância da língua

- (12) [...] enfim não falarmos uma língua implica não existência ironicamente [...]
- (13) [...] sem língua [...] a vida seria muito solitária [...]

6 Segundo o autor, o estereótipo é indispensável ao nosso processo de conhecimento, uma vez que, sem ele, “seria praticamente impossível reconhecer e identificar a realidade humana [...] em que vivemos [...]”. Porém, o estereótipo pode causar danos na escrita e na comunicação” (BLIKSTEIN, 1993, p. 52), quando certas unidades ou expressões lexicais passam a ser empregadas/encaradas sob uma e única significação em variados contextos.

Tema 3: Transporte

- (14) O transporte é um meio indispensável para a deslocação humana bem como para a circulação de mercadorias em diversas formas evolutivas até as mais perfeitas que existem hoje.
- (15) Numa primeira fase, o boi foi utilizado como um meio que não levava as pessoas ou mercadorias a longas dimensões.

Já os exemplos (16), (17), extraídos noutros temas do *corpus*, mostram unidades/expressões lexicais que parecem sugerir sentidos metafóricos:

- (16) A noite chegou e o sono se fez à cabeça [= **ficar com sono**].
- (17) As mulheres fazem manobras para os maridos [= **enganam**].

Análise e interpretação dos dados sintáticos: concordância nominal e concordância verbal

Nesta parte do artigo, analisamos e interpretamos dados sintáticos relativos à *concordância nominal* e à *concordância verbal*. Optamos por fenômenos sintáticos, particularmente os de concordância nominal e os de concordância verbal, devido aos valores sociais que esses assumem nos grupos sociais em Moçambique. No imaginário social do País, esses fenômenos são facilmente identificáveis e, aparentemente, passíveis de serem evitados tanto na fala como na escrita do português. Se esse imaginário for verdadeiro, justifica afirmar que os estudantes universitários praticam o português obedecendo à norma europeia de concordância nominal e de concordância verbal. Contudo, o *corpus* em análise apresenta 99 fenômenos de concordância nominal e de concordância verbal que não seguem essa norma. Trata-se de 29 fenômenos relativos à concordância nominal em gênero, 29 relativos à concordância nominal em número e 41 que dizem respeito à concordância verbal em número. Para iniciar nossa reflexão, tomemos como ponto de partida o recorte feito a dois textos. Nosso objetivo é mostrar que num mesmo texto ou num mesmo trecho de um texto é possível observar a coexistência entre construções sintáticas que obedecem à chamada norma padrão europeia e outras que não obedecem a tal norma. Aqui, no entanto, destacamos, em negrito, construções que, de fato, não obedecem a tal norma.

Texto 1: Importância da Língua

O homem é um ser inteligente que outro seres, ou pelo seu dinamismo na execução dos acto, pensamento, versatilidade precisa de um instrumento, [...] neste sentido a língua [...]. A língua é importante nas vária area em que o homem domina ou enfreta dia após dia o que se verifica por exemplo na escola: Os alunos apresentam os seus possíveis problema a professora usando a língua, bem como a professora emite Sobre o aluno aos conhecimento que tem através da língua; Em reacções do tribunal o julgamento são feita utilizando-se a língua, [...]. Precisamos de notar que em vários sectores apesar da diferença que existem a língua é a base da expressão do pensamento, ela é a base da realização da vida pós acompanha o homem na sua gigantestica realização da inteligencia, assim o bom perfeioa dia a dia a sua língua [...].

Texto 2: Namoro

Muitos jovens de hoje levam este assunto como se fosse brincadeira ou desporto [...] Com as publicidades que anda por aí de jeito para além de que os médicos e enfermeiros encoraja a fazer planeamento familiar, tomar pilula para jovens, incentivos mais mais o namoro. É muito engraçado que as miúdas que a gente vê a crescer hoje nos diz que somos crianças. Dantes o namoro não era assim, todos os jovens antes de um conhecer o outro iam aos ritos de iniciação, preservavam a virgindade e optavam um namoro por abstinência [...]. Antigamente os jovens era aconselhados pelos mais velhos como satisfazer o seu ou a sua parceira, como respeitar um ao outro e como cuidar do seu marido quando casar [...]. Os pais também admitem agora que os seus filhos tragam namorados ou namoradas em casa enquanto está a estudar, pois é difícil fazer as duas coisas ao mesmo tempo [...].

Nesses dois textos, é possível constatar a presença de uma prática linguística escrita diferente de uma prática tida como padrão. Conforme o exemplo (18) do Texto 1, a seguir, nota-se falta de concordância em número entre o determinante *outro* e o nome *seres*. O mesmo acontece com relação a *d[os] acto*.

(18) O homem é um ser inteligente que outro seres, ou pelo seu dinamismo na execução dos acto [...]

No primeiro caso, trata-se da ausência de uma flexão do determinante — do singular para o plural —; já, no segundo caso, acontece algo inverso: é o nome que não é flexionado — do singular para o plural. O exemplo (19), extraído do Texto 1, apresenta um caso semelhante ao anterior:

(19) Os alunos apresentam os seus problema a professora [...]

Conforme se pode observar nesse exemplo, o SN (sintagma nominal) no plural dispõe de dois constituintes formalmente marcados, em posição pré-nuclear, e de um constituinte não formalmente marcado, o nome, que consiste no elemento nuclear. Note-se, no entanto, que no mesmo trecho ocorre uma realização linguística que obedece à chamada norma padrão de concordância em número entre o determinante e o nome: *os alunos*. Aqui, tanto o determinante quanto o nome contêm marcas explícitas de plural. Portanto, temos, num mesmo trecho, a presença de duas realizações linguísticas divergentes entre si, uma tida como padrão/culta, outra, não.

Passemos para o exemplo (20), tomado do Texto 1:

(20) Em reacções do tribunal o julgamento são feita utilizando-se a língua [...]

No exemplo (20), além da falta de concordância de gênero entre o sintagma nominal *o julgamento*, na função de sujeito da oração, e a forma nominal (particípio) do verbo *fazer*, na função de predicativo do sujeito (*o julgamento/feita*), há falta de concordância de número entre o nome atuando como núcleo do SN sujeito (*o julgamento*) e o verbo auxiliar (*são*). Conforme se pode observar, enquanto o nome, que deveria reger o processo, apresenta-se formalmente não-marcado em número, o verbo auxiliar, formalmente regido pela regra, é sinalizado como forma de plural. Uma suspeita recai logo sobre o nome *reações* atuando como núcleo do SP (sintagma preposicional) na função de adjunto adverbial, o único marcado pelo plural. A saliência cognitiva desse nome, estrategicamente inserido na primeira posição nuclear da sentença, deve ter ativado a concordância no verbo *ser* no lugar do núcleo do

sujeito. Caso inverso ao mencionado no exemplo (20) do Texto 1, é possível encontrá-lo no exemplo (21), tomado do Texto 2:

(21) [...] os jovens era aconselhados pelos mais velhos [...]

Conforme se pode notar, em (21), porém, o fenômeno da concordância aqui diz respeito à variação existente entre o sintagma nominal *os jovens*, marcado com plural explícito, e o verbo auxiliar *era*, não marcado, seguido de um particípio passivo com o plural marcado formalmente, como se a regra de concordância ativasse marcação formal apenas no predicativo. Casos parecidos ao do exemplo (21) podem ser encontrados nos seguintes exemplos do Texto 2:

(22) Com as publicidades que anda por aí [...]

(23) Os médicos e enfermeiros encoraja a fazer planeamento familiar [...]

Conforme se pode observar, nos exemplos (22) e (23) encontramos nomes que apresentam plural formalmente explícito, em oposição às respectivas formas verbais que não o apresentam. Esses exemplos divergem, de certa forma, dos encontrados em (24) e (25), tomados do Texto 2. Enquanto naqueles se apresentam fenômenos de falta de concordância, nestes, porém, a regra é aplicada conforme os preceitos normativos. É caso para dizer, mais uma vez, que há diferentes normas a guiar os textos escritos.

(24) [...] todos os jovens [...] iam aos ritos de iniciação [...]

(25) [...] os pais [...] admitem [...] os seus filhos [...]

Como se pode depreender, com relação à análise feita nesta parte do artigo, nos textos escritos existe uma coexistência entre uma realização linguística tida como padrão/culta e outra(s) considerada(s) não-padrão/não-culta. Em uma análise sociolinguística, os fenômenos que aqui não seguem a norma padrão/culta podem não constituir o chamado *erro*, mas, sim, podem refletir os diferentes usos sociais do português em Moçambique, usos esses (dos cultos e dos não-cultos) refletidos na escrita dos universitários. Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que a prática linguística dos universitários em Moçambique apresenta um entrelaçamento entre a norma culta e a norma não-culta, fato esse que se pode explicar a partir do próprio contexto sócio-histórico e educacional da aprendizagem da fala/escrita do português no País.

Considerações finais

De acordo com a perspectiva teórica da Sociolinguística, a variação linguística se opera em decorrência tanto de fatores internos à língua quanto de fatores externos a ela. Assim, no caso do português escrito por estudantes universitários em Moçambique, podem ser vários os fatores tanto internos quanto externos que nele atuam para desencadear a variação linguística. Entretanto, neste estudo destacamos os seguintes fatores: contato entre línguas, nível de escolaridade, situação sócio-histórica e etnolinguística, e fatores decorrentes da coexistência das normas da língua.

Desse modo, com relação ao contato entre línguas, destacamos que os itens lexicais que se verificam no *corpus*, emprestados das línguas bantas para o português, não dizem

respeito unicamente à transposição do léxico, mas, também, a transformações morfológicas. No que diz respeito ao fator nível de escolaridade, destacamos a apreensão dos universitários em escrever segundo as exigências da norma padrão/culta do português europeu, o que desencadeia uma modificação exagerada de certos itens lexicais. Com relação à situação sócio-histórica e etnolinguística do País, mencionamos a contribuição dessa na variação do português, através de uma tendência, por um lado, de afirmação/reafirmção da identidade linguística dos escreventes diante da norma linguística imposta. Já, no que diz respeito à coexistência das normas, destacamos, particularmente na sintaxe: concordância nominal e concordância verbal, a presença tanto de uma prática linguística culta quanto de uma prática linguística não-culta que, em sociolinguística, pode ser igualmente legítima.

REFERÊNCIAS

- BLIKSTEIN, I. *Técnicas de comunicação escrita*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1993. 95 p.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 238 p.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística (parte II). In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-75.
- ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High*. Oxford: Blackwell, 2000.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editora, 2008. 207 p.
- FIRMINO, G. Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique. In: COLÓQUIO: PORTUGUÊS, LÍNGUA GLOBAL. Maputo: 2008. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/cat_view/75-coloquios-e-congressos/83-portugues-lingua-global.html>. Acesso em: 23 jan. 2011.
- _____. *A “questão” linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002. 343 p.
- GONÇALVES, P. Perfil dos estudantes universitários: áreas críticas e instrumentos de análise. In: GONÇALVES, P. (Org.). *O português escrito por estudantes universitários: descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores, 2010. p. 15-50.
- _____. Tipologia de “erros” do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico. In: STROUD, C.; GONÇALVES, P. (Orgs.). *Panorama do português oral do Maputo Volume II: a construção de um banco de “erros”*. Maputo: INDE, 1997. p. 37-60.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. *Censo geral da população e habitação*. Moçambique, 2007. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>. Acesso em: 20 ago. 2010.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editora, 2008. 391 p.

LEITE, M. Q. Aspectos de uma língua na cidade: marcas da transformação social do léxico. In: PRETI, D. *Léxico na língua oral e na língua escrita*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2003. p. 17-45.

MAHER, T. M. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 115-138.

MEY, J. L. Etnia, identidade e língua. Tradução de M. da G. de Moraes. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 70- 82.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004. 239 p.

ORLANDI, E. P. Identidade Linguística Escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 203-207.

PAGOTTO, E. Sociolinguística. In: NUNES, J. H.; PFEIFFER, C. C. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem - Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Fontes, 2006. p. 49-72.

PLANO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO. Moçambique: INDE/MINED, 2003. 103 p.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. 95 p.

PRETI, D. Variação lexical e prestígio social das palavras. In: PRETI, D. *Léxico na língua oral e na língua escrita*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2003. p. 47-67.

_____. Norma e variedades lexicais urbanas. In: CASTILHO, A. T. de. *Português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989. p. 157-168.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de A. Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 36-42.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução de S. Serrani- Infante. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 217-224.

STROUD, C. Os conceitos linguísticos de “erro” e “norma”. In: STROUD, C.; GONÇALVES, P. (Orgs). *Panorama do português oral do Maputo Volume II: a construção de um banco de “erros”*. Maputo: INDE, 1997. p. 9-35.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985. 96 p.